

Alerta Legislação nº 26, de 26 jun. a 1º jul. 2017

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

- **DECRETO Nº 62.648, DE 27 DE JUNHO DE 2017**
Institui e disciplina o teletrabalho no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
30/06/2017	<u>DECRETO Nº 9.084, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Regulamenta o Programa Cartão Reforma, instituído pela Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017 .
28/06/2017	<u>DECRETO Nº 9.083, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999 , que estabelece a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária.
27/06/2017	<u>LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. <u>LEI Nº 13.459, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Altera a Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009 , que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. <u>LEI Nº 13.458, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007 , para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 ; a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 ; e a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 . <u>LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991 , que dispõe sobre os

	<p>Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.</p> <p><u>LEI Nº 13.456, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.</p> <p><u>LEI Nº 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.082, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Institui o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.</p>
<p>26/06/2017</p>	<p><u>LEI Nº 13.454, DE 23 DE JUNHO DE 2017</u> Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 8 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece diretrizes estratégicas para a política de biocombustíveis a ser proposta pelo Poder Executivo, cria o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Etanol e o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Biodiesel, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 60, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Institui a Política de Desenvolvimento de Pessoas, no âmbito do Ministério da Cultura.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 957/GC3, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre delegação e atribuição de competência ao Diretor de Administração do Pessoal para promover e despachar os processos de convocação, designação e incorporação de integrantes da Reserva das Forças Armadas, para prestação do Serviço Militar Voluntário e para promoção de Soldado de Primeira-Classe.</p>

<p>Ministério da Educação</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) – Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 23 DE JUNHO DE 2017</u> Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários.</p> <p>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 131, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais.</p> <p><u>PORTARIA Nº 130, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Regulamentos Programas CAPES/IIASA</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 309, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Observados os limites, as normas e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e por esta Portaria, fica autorizado o pagamento de equalização de taxas de juros sobre a média dos saldos diários - MSD dos financiamentos rurais concedidos, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, pelas seguintes instituições financeiras: (...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 308, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Observados os limites, as normas e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e por esta Portaria, fica autorizado o pagamento de equalização de taxas de juros sobre a média dos saldos diários - MSD dos financiamentos rurais concedidos pelas seguintes instituições financeiras: (...)</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.587, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Ajuta os procedimentos que devem ser utilizados pelas instituições financeiras e as disposições sobre as informações que devem ser fornecidas pelo mutuário nos financiamentos contratados com recursos controlados.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.586, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Ajuta as normas do Crédito Rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para simplificar o método de definição do preço de referência considerado no cálculo de cobertura do Proagro; para admitir a concessão de crédito rural e o enquadramento no Proagro de cesta de hortícolas; para instituir alíquota de adicional diferenciada para cultivo de frutas temperadas com proteção contra granizo; e para ajustar as regras de início de vigência do Proagro.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.584, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Ajuta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.583, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u></p>

Ajusta normas gerais do crédito rural de custeio, comercialização e industrialização, e altera regras de subdirecionamento dos recursos captados por meio da emissão da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), a serem aplicadas a partir de 1º de julho de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 4.582, DE 29 DE JUNHO DE 2017

Fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para os anos de 2019 e 2020.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)

– Secretaria Executiva

PROTOCOLO ICMS 18, DE 22 DE JUNHO DE 2017

Concede tratamento diferenciado para o escoamento, por meio do Sistema Integrado de Escoamento - SIE, do gás natural não processado, produzido em águas jurisdicionais confrontantes aos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.714, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.508, de 4 de novembro de 2014, que dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e revoga a Instrução Normativa RFB nº 1.229, de 21 de dezembro de 2011.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.713, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Dispõe sobre o parcelamento de débitos devidos pelo Microempreendedor Individual, apurados na forma do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.712, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

– Comitê Gestor do Esocial

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 21 DE JUNHO DE 2017(*)

Dispõe sobre o ambiente de produção restrita, que inicia a fase de testes do projeto eSocial para as empresas.

() Republicada por ter saído no DOU de 23 de junho de 2017, seção 1, página 28, com correção do original.*

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN)

– Subsecretaria da Dívida Pública

PORTARIA Nº 545, DE 20 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Divulgar os valores nominais atualizados (VNA) e juros para os seguintes títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - DPMFI, decorrentes de dívidas securitizadas:

(...)

**Ministério da
Justiça e
Segurança
Pública**

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)

PORTARIA Nº 327, DE 29 DE JUNHO DE 2017

Regulamenta temporariamente os horários e regras internas para a utilização dos parlatórios em visitas sociais e atendimentos de

	<p>advogados.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP) <u>PORTARIA Nº 34, DE 22 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece novas diretrizes para a adesão dos municípios à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - INFOSEG, e dá outras providências</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 22 DE JUNHO DE 2017</u> Revoga a Instrução Normativa nº 3, de 2 de fevereiro de 2017 e Dispõe sobre normas e procedimentos para cadastramento de estruturas organizacionais e vinculação de usuários, para fins de acesso, via Rede Infoseg, ao Sinesp Infoseg, por integrantes da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede Infoseg, instituída pelo Decreto nº 6.138, de 28 de junho de 2007, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 424, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre critérios para a realização de junta médica ou odontológica formada para dirimir divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos de assistência à saúde.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico que dispõe sobre critérios para o reconhecimento de limites máximos de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais in natura (Revogação da Resolução GMC Nº 14/95). (...)</p> <p>↳ Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários ↳↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.710, DE 23 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes dos produtos SUPLEMENTO VITAMÍNICO A BASE DE CROMO, líquido da marca ESBELTY/DETBIO; SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL em pó da marca ANIMA VITAE POR JOEL ALEIXO; e SUPLEMENTO DE VITAMINA C COM ACEROLA E MACA em comprimidos das marcas EREFEM e EREMAX, fabricados por Roberg Alimentos e Medicamentos da Natureza Ltda. (CNPJ 68.344.878/0001-88) sito à Rua Quatro, 55 - Bairro Represa, Votorantim/SP. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.709, DE 23 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes dos produtos LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS, em sachês da marca LACTIVOS; SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL ENRIQUECIDO COM PROTEÍNA em cápsulas da marca RENDI BOOSTER; SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL em cápsulas da marca RENDI PROT; ÓLEO DE BORAGE em cápsulas da</p>

marca O6/WILL CARE; SUPLEMENTO VITAMÍNICO da marca WILL HEALTH NATURE LINE/BIOTUNE UP, fabricados por Roberg Alimentos e Medicamentos da Natureza Ltda. (CNPJ 68.344.878/0001-88) sito à Rua Quatro, 55 - Bairro Represa, Votorantim/SP.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.708, DE 23 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas ao produto em cápsulas da marca MAX BONNER, distribuído pela empresa Kaiser Intermediação de Negócios - Eireli - ME (CNPJ 21.518.879/0001-38), nome Fantasia GRUPOKAISER.COM, sito à Rua Guarujá, 186, Vila Do Sol, Governador Valadares/MG, especialmente nos sítios eletrônicos <https://maxbonner.com/>; <https://maxbonner.com.br/>; <https://maxbonner.net/>; <http://detoxslim.org/max-bonner-funciona-preco/>; <http://www.focandoblog.com.br/max-bonner/>; <http://maxbonner.info/sobre/>; <http://www.gabirocha.com.br/max-bonner/>; <http://metadrolbr.net/max-bonner-funciona/>; <http://projeto vivercomsaude.com/maxbonner-funciona-meu-tio-testou-max-bonner/>; <http://www.elasonline.com/suplementos/max-bonner>.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.701, DE 23 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição e uso do lote 175502 A do soro antitetânico (fab.02/2017 e com validade em 02/2020) fabricado pela empresa Instituto Vital Brazil, localizado na rua Maestro José Botelho,64, Niterói, Rio de Janeiro.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.700, DE 23 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto Concentrado de Plantas Medicinais Calmante, fabricado pela empresa Vida Longa Plus (CNPJ: 06.200.603/0001-13), localizada em Rua Elevino Elias da Silveira, nº 08, Quadra A, Campo Redondo, São Pedro da Aldeia, RJ.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.698, DE 23 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos seguintes lotes do medicamento Gynera (gestodeno + etinilestradiol), número de registro 1705600750052, fabricado por Bayer S.A. (CNPJ: 18.459.628/0001-15):
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.681, DE 23 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto Ginkgo com Castanha da Índia, fabricado pela empresa Verdes Vida Produtos Naturais (CNPJ

	<p>19.483.345/0001-71), localizada em Rua Salim Leodoro, nº 07, Loja nº 01, Nova Marataízes, Marataízes, ES. (...)</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 919, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, dos programas de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas.</p> <p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 714, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 678, DE 21 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece o Registro Nacional de Veículos em Estoque - RENAVE e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 676, DE 21 DE JUNHO DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN no 552, de 17 de setembro de 2015, que fixa os requisitos mínimos de segurança para amarração das cargas transportadas em veículos de carga.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 675, DE 21 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre o transporte de animais de produção ou interesse econômico, esporte, lazer e exposição.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 673, DE 21 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a proibição de instalação e de utilização do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) como combustível nos veículos automotores.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 672, DE 21 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece procedimentos a serem adotados nos casos em que os tributos, encargos e multas do veículo estejam sob investigação de terem sido pagos mediante fraude.</p> <p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 458, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece novo Cronograma de Atividades para execução de Obras de Contenção de Encostas, selecionadas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento -PAC 2.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O CONSELHO FEDERAL SUÍÇO PARA O ESTAB ELECIMENTO DE CONSULTAS BILATERAIS REGULARES EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS</u></p>

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO BURQUINA FASO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTAL ECIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA NO BURQUINA FASO"

(*) Este Ajuste Complementar entrou em vigor em 20 de janeiro de 2011.

GABINETE DO MINISTRO (GM)
PORTARIA Nº 245, DE 27 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º As Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, constituídas sob a forma de sociedade por ações, poderão requerer à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia a aprovação de Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica como prioritário, para fins do art. 2º da [Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011](#).

(...)

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)

RESOLUÇÃO Nº 687, DE 29 DE JUNHO DE 2017

Dispõe sobre a alteração da Resolução ANP nº 52, de 29 de dezembro de 2010, que estabelece as especificações dos combustíveis aquaviários comercializados pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional

RESOLUÇÃO Nº 685, DE 29 DE JUNHO DE 2017

Estabelece as regras para aprovação do controle da qualidade e a especificação do biometano oriundo de aterros sanitários e de estações de tratamento de esgoto destinado ao uso veicular e às instalações residenciais, industriais e comerciais a ser comercializado em todo o território nacional.

RESOLUÇÃO Nº 684, DE 29 DE JUNHO DE 2017

Dispõe sobre a alteração da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013, que trata das especificações da gasolina automotiva e das obrigações quanto ao controle da qualidade, a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.

RESOLUÇÃO Nº 683, DE 23 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços de referência do gás natural produzido no mês de maio de 2017, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da [Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997](#), nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do [Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998](#).

(...)

RESOLUÇÃO Nº 682, DE 23 DE JUNHO DE 2017

(...)

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de maio de 2017, para os campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de

**Ministério de
Minas e
Energia
(MME)**

	<p>atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000.</p> <p>(...)</p>
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	<p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>PORTARIA Nº 44, DE 14 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece a metodologia utilizada para a definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.</p>
Ministério do Esporte (ME)	<p>CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE <u>RESOLUÇÃO Nº 54, DE 23 DE JUNHO DE 2017</u> Determina os procedimentos para certificação, credenciamento e pagamento de oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue. Regulamenta os atos praticados pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD para a certificação de oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue e dá outras providências.</p>
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) – Diretoria Colegiada <u>RESOLUÇÃO Nº 1.098, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre as condições de uso dos recursos hídricos no Sistema Hídrico Mucuri.</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 410, DE 20 DE JUNHO DE 2017</u> Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Gandarela, no estado de Minas Gerais (Processo nº 02128.012047/2016-81)</p> <p><u>PORTARIA Nº 408, DE 19 DE JUNHO DE 2017</u> Atualiza o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ipanema, no Estado de São Paulo. (Processo n. 02072.000068/2008-36)</p>
Ministério do Trabalho	<p>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 791, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2017 entre as modalidades no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 786, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para o Exercício de 2018.</p>

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
01/07/2017	<p><u>DECRETO Nº 62.666, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Regulamenta a promoção para os integrantes da carreira de Especialista em Políticas Públicas de que trata a Lei Complementar nº 1.034, de 4 de janeiro de 2008, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.665, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2016</p> <p><u>DECRETO Nº 62.664, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.121, de 30 de junho de 2010, para o exercício de 2016</p> <p><u>DECRETO Nº 62.663, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2016</p> <p><u>DECRETO Nº 62.661, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a oficialização da “Medalha Gaviões de Penacho” instituída pelo Núcleo MMDC Gaviões de Penacho do Grupamento Aéreo da Polícia Militar do Estado de São Paulo-Águia, da Sociedade Veteranos de 32-MMDC</p> <p><u>DECRETO Nº 62.660, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Dá nova redação aos dispositivos que especifica do Decreto nº 59.464, de 23 de agosto de 2013, de reorganização da Procuradoria Judicial, da Procuradoria Fiscal e das Procuradorias Regionais, da Procuradoria Geral do Estado</p> <p><u>DECRETO Nº 62.659, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 22.612, de 27 de agosto de 1984, que descentraliza e reorganiza os serviços da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e dá providências correlatas</p>
29/06/2017	<p><u>DECRETO Nº 62.658, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.650, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a oficialização da Medalha “General Júlio Marcondes Salgado” da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC</p>

<p>28/06/2017</p>	<p><u>DECRETO Nº 62.649, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a extinção de cargos e funções-atividades das classes que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.648, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Institui e disciplina o teletrabalho no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.647, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Institui regime especial de tributação pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes que tenham como atividade o comércio varejista de carnes (açougues)</p> <p><u>DECRETO Nº 62.646, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Altera o Decreto 62.561, de 05 de maio de 2017, que trata da tributação de pá carregadeira de rodas, escavadeira hidráulica e retroescavadeira</p> <p><u>DECRETO Nº 62.645, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Autoriza a Secretaria da Fazenda a atribuir a condição de sujeito passivo por substituição tributária ao distribuidor que receber refrigerante ou cerveja, inclusive chope, diretamente do fabricante</p> <p><u>DECRETO Nº 62.644, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><u>DECRETO Nº 62.643, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><u>DECRETO Nº 62.642, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Casa Civil (CC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-8, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, nos termos da LC 1.121-2010, no exercício de 2016</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-7, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.121-2010, no exercício de 2016</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-9, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da Secretaria de Planejamento e Gestão, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, nos termos da LC 1.079-2008, no exercício de 2016</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-8, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores da Secretaria de Planejamento e Gestão, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, nos termos da LC 1.079-2008, no exercício de 2016</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-7, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, nos termos da Lei 1.079-2008, no exercício de 2016</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-6, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais do Departamento Estadual de Trânsito – DETRANSP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR a seus servidores, instituída pela Lei Complementar 1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2016</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-5, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da São Paulo Previdência – SPPREV, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2016</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-4, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores da São Paulo Previdência - SPPREV, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2016</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-3, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração, avaliação e metas dos indicadores da Secretaria da Fazenda, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, a que se refere a LC 1.079-2008, para o exercício de 2016</p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-29, DE 27-6-2017</u> Dá nova redação ao inciso II, do artigo 6º, da Resolução SE-67, de 19-12-2016, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2017</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 54, DE 26-06-2017</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de abril de 2017</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA</p>

	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p>
<p>Logística e Transportes (SLT)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SLT - 7, DE 29-6-2017</u> Dispõe sobre o reajuste da tarifa de pedágio em rodovia do Estado de São Paulo, sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem – DER</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SLT-STM - 1, DE 29-6-2017</u> Reajuste das tarifas de Serviços para Transporte de Veículos por Balsas, de Transporte Coletivo de Passageiros por meio de Lanchas e/ou Catraias, Serviços de Balsas Mista – Veículos e Passageiros com e sem bicicletas e as tarifas de Transporte de Veículos por Balsas, pelo Sistema “Hora Marcada”</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE-18, DE 30-6-2017</u> Altera a Resolução PGE 6, de 12-05-2015, que instituiu o programa de ajuda financeira para aquisição de aplicativos na área de informática – “<i>pró-software</i>”, na forma que especifica</p> <p><u>RESOLUÇÃO PGE-17, DE 28-6-2017</u> Aprova as Rotinas do Contencioso Geral</p>
<p>Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)</p>	<p>DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (DAEE) <u>PORTARIA DAEE 3907, DE 15-12-2015</u> Reti-Ratificada em 26-6-2017 Aprova os critérios e os procedimentos para a classificação, a implantação e a revisão periódica de segurança de barragens de acumulação de água de domínio do Estado de São Paulo, considerando o disposto na Lei Federal 12.334, de 20-09-2010</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 48, DE 30-06-2017</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a Política de Incentivo Estadual para Casas de Apoio, visando o atendimento às Pessoas Vivendo com HIV/Aids que se encontram em situação de abrigo, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-46, DE 29-6-2017</u> Altera a Resolução SS 41, de 05-05-2016, que disciplina, no âmbito da Pasta, a relação entre os estabelecimentos de saúde, com ou sem fins lucrativos, na participação, no Sistema Único de Saúde, de forma complementar de assistência à saúde aos usuários do SUS/SP e dá outras providências</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SS-45, DE 28-6-2017</u> Altera o Anexo da Resolução SS 82 de 23, publicada em 24-07-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SES/SMA/SSRH-01, DE 28-6-2017</u> Disciplina o reúso direto não potável de água, para fins urbanos, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS 44, DE 26-6-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º, da Lei Complementar nº 846, de 04-06-1998(*) e dá providências correlatas. (*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-43, DE 26-6-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º, da Lei Complementar nº 846, de 04-06-1998(*) e dá providências correlatas. (*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</p>
<p>Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-87, DE 28-6-2017</u> Prot. GS 6.718/2017. Altera o artigo 2º, da Resolução SSP-108 de 11-11-77, que disciplina os procedimentos operacionais no atendimento policial em local de acidente</p>
<p>Universidade de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-37, DE 27-6-2017</u> Dispõe sobre normas para o Processo Seletivo Aberto para preenchimento das Vagas Remanescentes - 2017/2018 e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR-35, DE 26-6-2017</u> Altera as Resoluções GR-30, de 27-08-2014, e GR-6, de 14-03-2016 (...) Artigo 1º - Os artigos 1º e 3º da Resolução GR - 30/2014, de 27-08-2014, passam a vigorar com a seguinte alteração: "Artigo 1º - Fica criado o "PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNICAMP" destinado à promoção da mobilidade internacional de alunos, docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade (...) Artigo 2º - O artigo 5º da Resolução GR - 6/2016, de 14-03-2016, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Artigo 5º - Os editais de chamamento das propostas serão supervisionados pela CGU, com apoio da PRPG e da DERI, podendo ser elaborados, divulgados e administrados por órgãos e Unidades da Unicamp (...)</p>

<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR-6.915, DE 28-6-2017</u> Regulamenta o empréstimo de material bibliográfico das bibliotecas do SIBi/USP</p> <p><u>RESOLUÇÃO USP-7.354, DE 27-6-2017</u> Baixa disposições complementares regulamentadoras dos processos seletivos para a contratação de docentes por prazo determinado</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>01/07/2017</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 600, DE 2017</u> Classifica Auriflora como município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 598, DE 2017</u> Classifica Valparaíso como município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 597, DE 2017</u> Classifica Orindiúva como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 596, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Uchoa /SP. DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Ariranha /SP. DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 594, DE 2017</u> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Pedrinhas Paulista DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 593, DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com as Santas Casas e outras instituições hospitalares filantrópicas do Estado de São Paulo, para a realização de Estágio Profissional Supervisionado aos alunos do curso Técnico de Enfermagem das ETEC's DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 589, DE 2017</u> Dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para alunos com restrições alimentares, em todas as escolas da rede pública estadual de ensino do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 01/07/2017, p. 8</p>

30/06/2017

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 588, DE 2017

Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Pindorama /SP.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 15](#)

PROJETO DE LEI Nº 587, DE 2017

Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Urupês /SP.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 15](#)

PROJETO DE LEI Nº 586, DE 2017

Classifica Miracatu como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 15](#)

PROJETO DE LEI Nº 585, DE 2017

Classifica Jacupiranga como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 15](#)

PROJETO DE LEI Nº 582, DE 2017

Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Monte Azul Paulista/SP.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 581, DE 2017

Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Fernando Prestes /SP.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 579, DE 2017

Assegura aos trabalhadores e trabalhadoras assalariados, portadores de Deficiência Visual, o direito de receber os contracheques e comprovantes de rendimentos no sistema Braille.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 575, DE 2017

Classifica Ituverava como "Município de Interesse Turístico".

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 572, DE 2017

Classifica o município de Guará como "Município de Interesse Turístico".

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 571, DE 2017

Classifica Rancharia como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2017

Dispõe sobre incentivo à empresa com 100 (cem) ou mais empregados diretos ou terceirizados que preencha de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do seu quadro de pessoal com trabalhadores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 12](#)

ASSEMBLEIA DE SÃO PAULO ABRE A BIBLIOTECA PARA TODOS OS CIDADÃOS

A partir de segunda-feira qualquer pessoa poderá fazer empréstimos de livros, além de pesquisar no acervo histórico da Alesp

[DOE, Legislativo, 30/06/2017, p. 1](#)

29/06/2017

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO
PROPOSTA DE EMENDA Nº 2, DE 2017, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

(...)

Artigo 1º - Insira-se inciso XXVII ao artigo 20 da Constituição do Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

"XXVII- Convocar os candidatos escolhidos em lista tríplice da Procuradoria-Geral de Justiça, da Defensoria Pública para comparecerem perante a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e das Universidades Públicas perante a Comissão de Educação e Cultura, com a finalidade de apresentar a plataforma a ser desenvolvida durante seu mandato, requisito sem o qual o Governador não procederá à nomeação."

(...)

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 15](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 566, DE 2017

Classifica o município de São José dos Campos como município de interesse turístico.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 19](#)

PROJETO DE LEI Nº 565, DE 2017

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ATLETICA DESPORTIVA CUBATENSE, com sede em Cubatão.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 19](#)

PROJETO DE LEI Nº 564, DE 2017

Dispõe sobre a classificação de Município de Ubarana como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 19](#)

PROJETO DE LEI Nº 563, DE 2017

Dispõe sobre classificação do Município de Mesópolis como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 19](#)

PROJETO DE LEI Nº 562, DE 2017

Dispõe sobre a classificação do Município de Cosmorama como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 19](#)

PROJETO DE LEI Nº 560, DE 2017

Classifica Pardinho como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 19](#)

PROJETO DE LEI Nº 559, DE 2017

Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Barrinha/SP.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 18](#)

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de pessoa treinada para realizar o teste de glicemia capilar e administrar insulina nos estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental no

Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 18](#)

PROJETO DE LEI Nº 556, DE 2017

Classifica o Município de Araçoiaba da Serra como de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 18](#)

PROJETO DE LEI Nº 555, DE 2017

Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Santa Cruz da Conceição/SP.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 18](#)

PROJETO DE LEI Nº 554, DE 2017

Torna obrigatório o oferecimento de assentos adaptados à população obesa pelos estabelecimentos de ensino.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 18](#)

PROJETO DE LEI Nº 553, DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a estabelecer procedimento de folha de pagamento nos casos de morte de militares estaduais na forma que especifica.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 17](#)

PROJETO DE LEI Nº 552, DE 2017

Classifica Charqueada como Município de Interesse Turístico

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 17](#)

PROJETO DE LEI Nº 551, DE 2017

Altera a [Lei nº 10.853, de 16 de julho de 2001](#), que autoriza o Poder Executivo a alienar ações de propriedade da Fazenda do Estado no capital social do Banco Nossa Caixa S.A. e a proceder à sua reorganização societária, bem como a criar a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 17](#)

PROJETO DE LEI Nº 550, DE 2017

Altera a [Lei nº 13.918, de 22 de dezembro de 2009](#), que dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais, altera a [Lei 6.374, de 1º de março de 1989](#), que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 17](#)

PROJETO DE LEI Nº 549, DE 2017

Dispõe sobre a instituição da Campanha de Educação Digital no âmbito do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 17](#)

PROJETO DE LEI Nº 548, DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de Ecocardiograma nos recém-nascidos portadores de Síndrome de Down no Estado de São Paulo e adota outras providências.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 16](#)

PROJETO DE LEI Nº 547, DE 2017

Altera a [Lei nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002](#), que dispõe sobre os

emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 16](#)

PROJETO DE LEI Nº 545, DE 2017

Proíbe a propaganda, comercialização e utilização de medicamentos contendo a substância denominada 2,4 - Dinitrofenol e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 16](#)

PROJETO DE LEI Nº 544, DE 2017

Institui o Conselho Estadual de Usuários de Serviços Públicos - CEUSP e dá outras providências

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 16](#)

PROJETO DE LEI Nº 543, DE 2017

Altera a [Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006](#), que institui o Programa de Ação Cultural - PAC.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 16](#)

PROJETO DE LEI Nº 542, DE 2017

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição Estudantil, destinados a Estudantes oriundos do Ensino Público e Privado do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 16](#)

PROJETO DE LEI Nº 540, DE 2017

Estabelece o limite máximo, em quilômetros, para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres no âmbito do Estado de São Paulo

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 15](#)

PROJETO DE LEI Nº 539, DE 2017

Estabelece ordinariamente o período matutino para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres no âmbito do Estado de São Paulo

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 15](#)

PROJETO DE LEI Nº 538, DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a exigir do contribuinte do ICMS a aposição de Selo Fiscal de Controle e Procedência em todos os vasilhames retornáveis com volume superior a 4 litros e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência em todas as embalagens descartáveis que contenham água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais em circulação neste Estado ainda que proveniente de outra Unidade da Federação.

[DOE, Legislativo, 29/06/2017, p. 15](#)

28/06/2017

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 537, DE 2017

Classifica Pedrinhas Paulista como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 28/06/2017, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 534, DE 2017

Dispõe sobre a atuação do nutricionista em instituições privadas de ensino que contemplem o ensino infantil, fundamental e médio no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 28/06/2017, p. 12](#)

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 532, DE 2017</u> Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado. DOE, Legislativo, 28/06/2017, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico", o Município de Santa Adélia/SP. DOE, Legislativo, 28/06/2017, p. 11</p>
<p>27/06/2017</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 527, DE 2017</u> Determina que as empresas prestadoras de serviços de internet apresentem ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que informem a velocidade diária de envio e recebimento de dados entregues no mês. DOE, Legislativo, 27/06/2017, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 526, DE 2017</u> Institui o Programa de Atendimento à População portadora da doença alérgica respiratória (asma) no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 27/06/2017, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 524, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico", o Município de José Bonifácio/SP. DOE, Legislativo, 27/06/2017, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 523, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico", o Município de Taquaritinga/SP DOE, Legislativo, 27/06/2017, p. 11</p> <p><u>DIÁRIO OFICIAL ESTREIA NOVO PROJETO GRÁFICO</u> A partir de hoje, o Diário Oficial do Poder Legislativo conta com um novo projeto gráfico. O jornal passará a ser colorido e terá todo o seu <i>layout</i> atualizado com mudanças na tipografia e na diagramação. DOE, Legislativo, 27/06/2017, p. 1</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>01/07/2017</p>	<p><u>DECRETO Nº 57.768, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Confere nova regulamentação à Lei nº 13.194, de 24 de outubro de 2001, no que se refere à concessão do Auxílio-Transporte em pecúnia aos servidores municipais, conforme especifica, bem como altera o artigo 13 do Decreto nº 56.760, de 8 de janeiro de 2016, que regulamenta o Sistema de Estágios na Prefeitura do Município de São Paulo.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.767, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a instituição do Programa de Parcerias para Concessão de Descontos e Benefícios a Servidores Públicos Municipais.</p>

30/06/2017	<p><u>DECRETO Nº 57.766, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 57.377, de 11 de outubro de 2016, que estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para Habitação de Interesse Social, Habitação de Mercado Popular, Empreendimento de Habitação de Interesse Social, Habitação de Mercado Popular e Empreendimento em Zona Especial de Interesse Social; altera a alínea "a" do § 3º do artigo 1º do Decreto nº 54.213, de 14 de agosto de 2013, que dispõe sobre a transferência de atribuições da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento para as Prefeituras Regionais; dá providências correlatas.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.765, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Ratifica o Estatuto da São Paulo Negócios – SP Negócios.</p>
27/06/2017	<p><u>LEI Nº 16.675, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 662/13, dos Vereadores Milton Leite – Democratas e Rodrigo Goulart – PSD) Estabelece normas gerais de segurança em boates, casas noturnas e demais estabelecimentos abertos ao público no Município de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 16.674, DE 26 DE JUNHO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 260/15, do Vereador Reis – PT) Institui o Programa Busca Ativa São Paulo no município e dá outras providências.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107